SUMÁRIO

Parte I
PERSPECTIVAS CRÍTICO-TEÓRICAS DO DIREITO PROCESSUAL PREVIDENCIÁRIO

Capítulo 1
Marco Metodológico e Teórico para a Pré-Compreensão do Direito Processual Previdenciário

1.1 Do racionalismo ao positivismo filosófico 30

1.2 Crítica ao método positivista para o conhecimento nas ciências sociais 35

1.3 Positivismo filosófico e positivismo jurídico 40

1.4 Qual é a verdade própria dos direitos sociais? Que método lhe seria mais apropriado? 42

1.5 O positivismo filosófico, juízos de imparcialidade a verdade no direito social 46

1.6 O positivismo e a banalização do sofrimento humano 52

1.7 O processo voltado para a justiça e para o ser humano 53

1.8 Parcialidade positiva como caminho à verdade na aplicação do direito previdenciário 55

1.9 A identificação do direito processual previdenciário – Uma pretensão de especialização? 56

Capítulo 2
Caracterização do Direito Processual Previdenciário

2.1 Caracterizando o processo previdenciário 59

2.2 Contornos do processo previdenciário – A natureza do objeto da lide 60

2.3 Contornos do processo previdenciário – Os sujeitos do processo 64

2.4 Lide previdenciária e processo diferenciado 67

2.5 Exigências de normatividade do direito processual previdenciário 68

2.5.1 Interesse de agir em matéria previdenciária 68

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

2.5.2 A fungibilidade das ações previdenciárias por incapacidade 69
2.5.3 O problema da má delimitação da lide previdenciária 72
2.5.4 Como conciliar a definitividade da coisa julgada com a provisoriedade dos benefícios previdenciários por incapacidade? 76
2.6 Normas processuais previdenciárias 78
2.6.1 A Constituição da República e a competência delegada 78
2.6.2 A Constituição da República e créditos alimentares devidos pela Fazenda Pública 79
2.6.3 Considerações normativas sobre prova em direito previdenciário 80
2.7 Notas doutrinárias sobre a efetividade das normas constitucionais e sua relação com a jurisdição previdenciária 82
2.7.1 A cláusula constitucional da proteção judicial 84
2.8 Caminhos para o processo previdenciário 87
2.8.1 Considerações para efetividade do processo previdenciário – a segurança e a coisa julgada previdenciária 89
2.8.2 Da lógica da preservação da vida à coisa julgada *secundum eventum probationis* 91
2.8.3 Processo efetivo e segurança – Da coisa julgada previdenciária à verdade real 95
2.8.4 Notas de um processo previdenciário efetivo – A urgência 97
2.9 A título de conclusão deste capítulo 99

Capítulo 3

O Primado Utilitarista da Eficiência: Uma Análise Crítica da Justiça Previdenciária deste Início de Século

3.1 A Emenda Constitucional 19/98 e a emergência do paradigma da eficiência na Administração Pública – Mas que eficiência? 101
3.1.1 Mas o que há de errado em a Administração Pública buscar a eficiência? 104
3.1.2 Afinal, o que há de errado em a Administração Pública buscar a eficiência econômica? 105
3.2 Eficiência e teoria ética utilitarista 107
3.2.1 A maximização do bem-estar social – O que há de errado com o utilitarismo, na visão de John Rawls? 110
3.2.2 A prioridade do justo sobre o bem – A nota deontológica da teoria da "justiça como equidade" 114
3.2.3 As bases sociais do autorrespeito e as excessivas exigências motivacionais do princípio da utilidade 118
3.3 Sinais de crise na justiça previdenciária 123

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

3.3.1 Três fatores determinantes para a multiplicação das lides previdenciárias.. 126
3.3.1.1 A administração paralela 126
3.3.1.2 Ferramentas artesanais para julgamentos de massa 128
3.3.1.3 O hiato entre a postura administrativa e o direito aplicado judicialmente 130
3.3.2 Pontos críticos como desafios a um processo judicial efetivo 132
3.3.3 Uma aproximação dos pontos críticos 134
3.4 A Preponderância da eficiência no processo judicial previdenciário 136
3.5 Processo previdenciário e eficiência gerencial 137

Parte II
TEMAS CENTRAIS DO DIREITO PROCESSUAL PREVIDENCIÁRIO

Capítulo 4
Processo Administrativo Previdenciário

4.1 Estado Democrático de Direito e processo administrativo 150
4.2 Âmbito de aplicação da Lei 9.784/99 153
4.3 Caracterização do processo administrativo previdenciário 155
4.4 Distinção de procedimento e processo 156
4.5 Procedimento e processo no campo previdenciário 158
4.6 Garantias processuais para o processo administrativo previdenciário 162
4.6.1 Garantias processuais constitucionais 162
4.6.2 Entre as garantias constitucionais e as normas da lei processual administrativa – A atuação conforme a lei e o direito 165
4.6.3 A Lei 9.784/99 e o processo administrativo previdenciário 166
4.6.4 Os critérios para condução do processo administrativo 167
4.6.5 Os direitos do administrado no processo administrativo 167
4.6.6 Os deveres do administrado no processo administrativo 168
4.6.7 Outras disposições relevantes para o processo administrativo previdenciário 168
4.7 A distância astronômica da realidade administrativa para com as imposições jurídicas de um processo previdenciário 170

Capítulo 5
O Exercício da Autotutela pela Administração Previdenciária

5.1 Limites formais 177
5.1.1 Limites temporais para o exercício da autotutela – A decadência do direito de revisão do ato administrativo de concessão de benefício previdenciário 177

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

5.1.2 Limites processuais – O devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa 180
5.1.2.1 Os descontos autorizados por lei e os limites à atuação administrativa sobre a esfera jurídico-patrimonial do beneficiário 183
5.2 Limites materiais (limites quanto ao conteúdo da autotutela) 189
5.2.1 Interdição de aplicação de nova interpretação administrativa ou novos critérios para a verificação do direito ao benefício 190
5.2.2 Interdição de nova avaliação do conjunto probatório (nova valoração da prova), por força da coisa julgada administrativa 191
5.2.3 Remédio jurídico contra atuação administrativa que extrapola os limites formais ou materiais para o exercício da autotutela 193

Capítulo 6
Categorização das Ações Previdenciárias
Interesse Processual em Matéria Previdenciária

6.1 Categorização das ações previdenciárias 195
6.1.1 Ação de concessão de benefício previdenciário 196
6.1.2 Ação de revisão de benefício previdenciário 197
6.1.2.1 Para impugnar ato de concessão de benefício 197
6.1.2.2 Para impugnar ato de reajustamento de benefício 197
6.1.3 Ação de restabelecimento de benefício previdenciário 198
6.1.4 Ação de manutenção de benefício previdenciário 199
6.1.5 Ação de anulação de benefício previdenciário 200
6.2 Interesse de agir em matéria previdenciária 202
6.2.1 Interesse de agir em ações de concessão de benefício previdenciário ... 204
6.2.1.1 Interesse de agir: fato novo, demora para ajuizamento da ação judicial e descumprimento de exigência administrativa 206
6.2.2 Interesse processual superveniente 209
6.2.3 Lide presumida e dispensa de requerimento administrativo 210
6.2.3.1 O ajuizamento direto da ação de concessão de pensão provisória por morte presumida. 214
6.2.4 Recusa de entrada de requerimento e excessiva demora do processo administrativo 214
6.2.5 Interesse de agir e o dever estatal de conceder a prestação mais vantajosa 217
6.2.6 Interesse de agir nas ações previdenciárias de restabelecimento, revisão ou anulatória de benefício 220

Capítulo 7
Regime Probatório Previdenciário

7.1 Considerações iniciais 227

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

7.1.1 Efeitos da revelia no processo previdenciário 229
7.2 Comprovação da condição de desempregado para efeitos de prorrogação do período de graça 230
7.3 A comprovação da relação de dependência econômica 234
7.4 Comprovação da união estável previdenciária 236
7.5 Comprovação da incapacidade para o trabalho 238
7.6 Comprovação do agravamento da lesão ou progressividade da doença 242
7.7 Comprovação da data do início da incapacidade para o trabalho 244
7.8 Comprovação de incapacidade laboral – Aposentadoria por invalidez ou auxílio-doença? 247
7.8.1 Recuperação da capacidade mediante tratamento cirúrgico 252
7.9 A caracterização e a comprovação de atividade especial 255
7.10 Comprovação do tempo de serviço ou contribuição 259
7.10.1 Particularidades do direito probatório em direito previdenciário – Restrição do Direito Constitucional à prova 260
7.10.1.1 A máxima da adequação ou conformidade 261
7.10.1.2 A máxima da necessidade da medida restritiva 262
7.10.1.3 A máxima da proporcionalidade no sentido estrito 263
7.10.1.4 A preservação do núcleo essencial do direito fundamental 264
7.10.2 O universo particular da prática previdenciária como justificação para a exigência de prova material 267
7.10.3 Limites à exigência de prova material 270
7.10.4 Prova material na categorização das espécies probatórias 272
7.10.5 Formação do conceito de prova material pela categorização das provas 274
7.10.6 Prova material – Eficácia probante 281
7.10.7 Outras considerações sobre a prova material previdenciária 286

Capítulo 8
Eficácia das decisões da Justiça do Trabalho no Direito Previdenciário

8.1 Notas doutrinárias sobre os limites subjetivos à coisa julgada 291
8.2 Eficácia probante da decisão trabalhista 296
8.3 Aproximação da *Vexata Quaestio* 300

Capítulo 9
Aspectos Concernentes aos Valores Pagos Judicialmente

9.1 Data de início dos benefícios concedidos judicialmente 303

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

9.1.1 Definição da data de início do benefício (DIB) independentemente do momento da comprovação dos respectivos fatos constitutivos 306
9.1.2 Data de início do benefício (DIB) quando requisitos são cumpridos após o requerimento administrativo (DER) 313
9.1.3 Data de início de benefício em face de habilitação judicial de novo dependente à pensão por morte 314
9.1.4 A identificação da data de início da incapacidade laboral (DII) e os efeitos financeiros dos benefícios previdenciários por incapacidade 316
9.1.4.1 O direito de recebimento do auxílio-doença pelo segurado que exerceu atividade remunerada embora incapaz 317
9.2 Atualização monetária e juros de mora do crédito judicial previdenciário . 319
9.2.1 Atualização monetária e o Estatuto do Idoso 321
9.2.2 O crédito judicial previdenciário e a metodologia disposta pela Lei 11.960/09 323
9.2.3 Atualização monetária, deflação e irredutibilidade do valor dos benefícios 326
9.2.4 Atualização monetária dos valores pagos mediante requisições de pagamento 327
9.2.5 Juros moratórios sobre o Crédito Judicial Previdenciário 330
9.3 Prescrição e decadência em matéria previdenciária 332
9.3.1 Suspensão e interrupção do período de prescrição 334
9.3.2 Decadência do direito de rever o ato de concessão do benefício previdenciário 338
9.3 Irrepetibilidade dos valores recebidos judicialmente de boa-fé 342
9.4 Pagamento de valores não recebidos em vida pelo segurado 344
9.5 Incidência de Imposto de Renda sobre os valores atrasados recebidos pelo beneficiário 348

Capítulo 10
Tutela de Urgência em Matéria Previdenciária e Eficácia das Decisões Judiciais

10.1 A urgência no processo judicial previdenciário 351
10.2 Tutelas de urgência em matéria de seguridade social 353
10.3 Cumprimento imediato das decisões judiciais previdenciárias 357
10.4 Eficácia das decisões judiciais previdenciárias 361
10.5 Poder coercitivo contra terceiros 364

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

Capítulo 11
Competência em Matéria Previdenciária

11.1 Competência delegada à Justiça Estadual 369
11.1.1 Competência delegada e mandado de segurança previdenciário 371
11.2 Competência para processamentos de ações previdenciárias decorrentes de acidente de trabalho 373
11.3 Competência para declaração de morte presumida 380
11.4 A competência dos Juizados Especiais Federais Cíveis 382

Parte III
HABILITAÇÃO À PRÁTICA JUDICIAL PREVIDENCIÁRIA

Capítulo 12
Noções fundamentais de direito previdenciário

12.1 Ação envolvendo o direito à saúde 390
12.2 Direito à assistência social 390
12.3 Ação previdenciária 394
12.4 Os regimes de previdência 395
12.5 Algumas notas sobre competência 397
12.6 Notas elementares sobre o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) ... 397
12.6.1 Beneficiários do RGPS 398
12.6.1.1 Segurados do RGPS 398
12.6.1.1.1 Qualidade de Segurado do RGPS 398
12.6.1.1.2 Classes de segurados 399
12.6.1.2 Dependentes do RGPS 402
12.6.1.2.1 Qualidade de dependente do RGPS 402
12.6.1.2.2 Classes de dependentes (Lei 8.213/91, art. 16) 402
12.6.2 Prestações do Regime Geral da Previdência Social 403
12.6.2.1 Requisitos para concessão dos benefícios do RGPS 404
12.6.3 Benefícios em espécie – Os requisitos específicos dos benefícios do RGPS 406
12.6.4 Primeiro requisito genérico – A qualidade de segurado 409
12.6.5 Segundo requisito genérico – A carência 411
12.6.5.1 Carência por benefício 411
12.6.5.2 Contagem de carência após a recuperação da qualidade de segurado 413
12.6.6 Traços elementares dos benefícios previdenciários 415

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

12.6.6.1 Aposentadoria por invalidez – Benefício previsto nos artigos 42 e seguintes da Lei 8.213/91. 415
12.6.6.2 Auxílio-doença – Benefício previsto nos artigos 59 e seguintes da Lei 8.213/91 417
12.6.6.3 Auxílio-acidente 418
12.6.6.4 Aposentadoria por idade 420
12.6.6.5 Aposentadorias por tempo de serviço e tempo de contribuição 421
12.6.6.6 Aposentadoria especial – Benefício previsto nos arts. 57 e seguintes da Lei 8.213/91 427
12.6.6.7 Salário-família – Benefício previsto nos arts. 56 e seguintes da Lei 8.213/91 428
12.6.6.8 Salário-maternidade – Benefício previsto nos arts. 71 e seguintes da Lei 8.213/91 429
12.6.6.9 Pensão por morte – Benefício previsto nos arts. 74 e seguintes da Lei 8.213/91 431
12.6.6.10 Auxílio-reclusão – Benefício previsto no art. 80 da Lei 8.213/91 432
12.7 Cálculo da Renda Mensal dos Benefícios Previdenciários 433

Capítulo 13
Casuística do Direito Processual Previdenciário

13.1 Algumas questões da prática previdenciária 441
13.2 Pensão por morte 442
13.3 Auxílio-reclusão 463
13.4 Benefícios por incapacidade 467
13.5 Aposentadoria por idade 474
13.6 Aposentadoria por tempo de contribuição 482
13.7 Aposentadoria especial 490
13.8 Auxílio-acidente 492
13.9 Salário-maternidade 493
13.10 Benefício de prestação continuada da assistência social 495
13.11 Revisão de benefício previdenciário 499
13.12 Considerações finais desta parte 528
Referências 529
Índice Alfabético 535

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br